

RELATÓRIO 03/21 ATIVIDADES PRESENCIAIS DO FÓRUM DE C&T BRASILIA, DIAS 20 E 21 DE OUTUBRO DE 2021.

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DO MCTI AFIRMA E GARANTE A AUTONOMIA DAS UP'S SOBRE A VOLTA AO TRABALHO PRESENCIAL.

Em reunião na manhã desta quinta-feira, 21 de outubro, entre a representação dos servidores (Ana Paula Volpi, pelo SindGCT, Joelmo Oliveira, pela ASCT, e José Benito, pelo Fórum de C&T) e a direção do MCTI (Carlos Baptistucci, Secretário-Executivo adjunto, Eduardo Temporini, Chefe de Gabinete do Ministro, Alexandre Vilain, Diretor Administrativo e Johny Ferreira, Diretor de Gestão), o Secretário Executivo Adjunto AFIRMOU e CONFIRMOU a autoridade dos dirigentes das UPs para resolverem QUESTÕES ESPECÍFICAS de suas Unidades sobre o retorno às atividades presenciais, **levando em conta as normativas do Ministério da saúde sobre o tema, bem como a IN 90 do Ministério da Economia e a Portaria 5224 DO MCTI, de 15 de outubro deste ano.** O secretário Baptistucci afirmou ainda que em seu entendimento, tanto as normativas do Ministério da saúde, a IN 90 do ME e a Portaria MCTI 5224, de 15 de outubro de 2021, INDICAM essa autonomia das unidades de pesquisa para lidar com o tema, de acordo com as condições sanitárias específicas de cada Unidade.

No caso do Ministério, foi acertada a articulação entre a ASCT, a Diretoria de Administração do MCTI e a Ouvidoria também do MCTI, para dar encaminhamento aos casos específicos dos servidores lotados no Ministério.

NOSSA AVALIAÇÃO

O Fórum considera a vitória do bom senso com a comprovação da AUTONOMIA das Unidades de pesquisa do MCTI, para RESPEITAREM a legislação sanitária e as especificidades de cada uma em seu processo de retorno em suas unidades.

Nos dias 20 e 21, os representantes do Fórum (Laudicéa Andrade, presidente da AFINPI, e José Benito, diretor da ASCON-Rio) também participaram de atos Nacionais contra a PEC 32, que destrói o servidor e o serviço público. Hoje à tarde, dia 21, estarão **DENTRO** do Congresso Nacional, em contato com parlamentares deputados e senadores para tratar de pontos de grande interesse das carreiras de C&T e do INPI e, naturalmente, pressionarem parlamentares do bloco governista a votarem contra a PEC 32.